

As ideologias irracionais no Brasil

Tanto a esquerda quanto a direita só propõem soluções anacrônicas

Luiz Carlos Bresser Pereira

A democracia no Brasil é mais sólida e arraigada ao sistema econômico e social do que normalmente se pensa. As razões por quê: (1) o capitalismo industrial moderno consegue apropriar excedentes econômicos através do mercado, dispensando o uso de força direta necessária nas sociedades pré-capitalistas e mercantilistas; (2) a burguesia não se sente ameaçada pela esquerda; (3) a esquerda revolucionária está em crise no mundo todo e em particular na América Latina, e, por isso, não tem um projeto revolucionário que pudesse ameaçar a hegemonia da burguesia; (4) o mesmo pode-se dizer dos militares, e, de forma mais ampla, dos autoritários; eles não têm um projeto alternativo — estão tão perplexos com a crise econômica e política quanto os outros; (5) os Estados Unidos já não incluem mais os golpes de estado em sua estratégia para consolidar o capitalismo na América Latina.

Não se pode dizer, entretanto, que a democracia esteja consolidada. Guillermo O'Donnell salientou que, dada a improbabilidade de um golpe militar, a "morte lenta" da democracia — isto é, um processo de contínua perda de efetividade e credibilidade das instituições políticas devido ao fracasso do governo em enfrentar os problemas sociais e econômicos — é uma outra possibilidade.

A incapacidade governamental ao enfrentar esses problemas não pode ser atribuída exclusivamente às limitações pessoais dos governantes, nem à enorme dimensão dos obstáculos econômicos. Os obstáculos econômicos são, sem dúvida, imensos. Não é por acaso que a América Latina está estagnada há 10 anos, desde que se desencadeou a crise da dívida externa. Mas a incapacidade para superá-los pode e deve também ser explicada pelas práticas políticas e ideológicas que impedem a adoção das políticas econômicas corajosas, coerentes e firmes que são necessárias.

Estou há muito tempo convencido de que uma tarefa essencial hoje em dia é a de criticar o anacronismo de algumas idéias da esquerda. A esquerda moderada criticou severamente as políticas econômicas ortodoxas do regime autoritário. Às vezes fazia-o corretamente, mas em outras ocasiões estava apenas repetindo slogans fora de moda, que poderiam fazer sentido nos anos 50, mas não mais nos anos 80. Vamos rever estas idéias.

Nacionalismo ultrapassado — Nas décadas de 40 e 50, a esquerda desenvolveu a tese de que o imperialismo estava aliado ao capital agro mercantil para evitar a industrialização. Os altos investimentos das multinacionais na indústria manufatureira desde meados dos anos 50 provaram que, se a tese esteve correta no passado, deixou de ser legítima desde então. Mas ainda hoje temos nacionalistas pensando como nos anos 50. Não entendem que ser nacionalista nos dias de hoje é, antes de mais nada, combater a tentativa irracional de pagar integralmente a dívida externa, ou empenhar-se pelo desenvolvimento do progresso tecnológico e científico autônomo dentro do país. É, em outras palavras, ter uma clara noção do que seja o interesse

nacional, ao invés de opor-se às multinacionais, que contribuem de forma efetiva para o crescimento econômico do país.

Orientação no sentido do mercado interno — Em meados dos anos 60 o regime autoritário decidiu por uma estratégia de desenvolvimento voltada para as exportações. Foi uma decisão acertada, embora tenha tido a consequência perversa a curto prazo de compatibilizar taxas sustentadas de demanda interna com concentração de renda. A esquerda moderada se opôs a esse procedimento desde o início, sem saber que o padrão alternativo de crescimento, baseado em projetos de substituição de exportações altamente intensivos em capital, além de ter esgotado suas virtualidades como um modelo de crescimento no início da década dos 60, concentra muito mais renda no longo prazo do que uma estratégia de crescimento baseada em exportações de bens manufaturados intensivos em mão-de-obra.

Nos anos 70 a esquerda costumava criticar Formosa e a Coréia como sendo meras "plataformas de exportação", enquanto um dos intelectuais da direita ideológica no Brasil, Roberto Campos, pretendia que esses países fossem exemplos de sociedades liberais. Hoje em dia sabemos que esses países desenvolveram uma grande indústria apoiada em um Estado com forte capacidade de intervenção e um claro sentido de interesse nacional, que tiveram um enorme aumento de produtividade ao buscarem aumentar sua competitividade internacional através de uma estratégia de desenvolvimento voltado para as exportações, e que apresentam uma distribuição de renda muito mais uniforme do que o Brasil. A reforma agrária promovida nesses países logo após a Segunda Guerra foi uma causa dessa melhor distribuição de renda; a outra foi a política de crescimento voltado para as exportações.

Não às políticas de ajustamento — Esta é a consequência de um "desenvolvimentismo" arraigado — e não devidamente revisto quando isto se tornou necessário — que caracterizou os estruturalistas latino-americanos, inclusive este autor, nos anos 50. Criticamos duramente o ajustamento da década de 60. O fato desse ajustamento ter-se baseado quase que exclusivamente na redução dos salários foi uma boa razão para críticas. Mas a esquerda baseou seu desacordo quase que somente no slogan "não à recessão", e ao fazê-lo incorreu no populismo. Em 1979, quando o ajustamento se fazia absolutamente necessário, a irresponsável política desenvolvimentista e populista (porque o populismo é tanto de esquerda quanto de direita) do Ministério do Planejamento do regime autoritário foi apoiado por economistas da esquerda estruturalista moderada. Quando em 1981 o ajustamento afinal teve início, a idéia básica da esquerda era de que essa medida não era necessária, quando na realidade o era. A única crítica séria e inovadora às políticas ortodoxas de ajustamento originou-se na esquerda moderada a partir dos economistas que desenvolveram a teoria da inflação inercial.

Distributivismo salarial — Um problema gravíssimo no Brasil é a concentração de renda. Temos aqui uma das mais desequilibradas e injustas distribuições de renda do mundo, mas este fato não legitima um

distributivismo salarial irrealista. Uma política econômica progressiva no Brasil terá, necessariamente, como objetivo principal conseguir uma distribuição menos desigual da renda, mas ao mesmo tempo terá de acautelar-se contra a elevação dos salários reais acima dos níveis de produtividade. Sempre que se tentar descumprir essa regra, os lucros estarão ameaçados e a aceleração da taxa de inflação será inevitável. Na verdade, a política salarial deveria limitar-se a três objetivos: proteger o salário real da inflação, assegurar a transferência das elevações na produtividade para os trabalhadores e reduzir as diferenças salariais através do aumento gradual do salário mínimo. Sem dúvida, é possível aumentar os salários mais do que a produtividade sem afetar os lucros dos setores produtivos, desde que se logre reduzir os rendimentos dos rentistas ou então desde que se reduzam os impostos em função do aumento da eficiência do Estado. Estas estratégias, entretanto, são de muito difícil execução. Formas de distribuir a renda entre salários e lucros mais eficientes do que o aumento dos salários acima da produtividade incluem uma política de investimentos voltada para bens trabalho-intensivos, a reforma agrária, uma reforma tributária progressiva e a orientação das despesas públicas para os pobres.

Essas idéias, no entanto, não são comumente aceitas na esquerda populista. Depois da derrota do regime autoritário em 1984, as demandas irrealistas por parte dos trabalhadores, particularmente por parte da classe

média assalariada empregada no setor público, aumentaram acentuadamente. O acirramento do conflito distributivo causou a aceleração da inflação tanto diretamente (inflação de custos) como através da elevação do déficit público. O único resultado duradouro foi uma taxa mais elevada de inflação.

Concluindo, algumas idéias e práticas políticas da esquerda moderada — o nacionalismo ultrapassado, a ideologia do mercado interno, a recusa às políticas de ajustamento e o dis-

tributivismo salarial — não são mais compatíveis com políticas econômicas racionais e coerentes. Elas representam um obstáculo para o crescimento e para a estabilidade de preços e, portanto, para a consolidação da democracia no Brasil.

A Direita Oportunista

Diferentes, mas afinal conduzindo aos mesmos resultados, são as práticas políticas e ideológicas da direita moderada oportunista e da direita moderada ideológica. Esta última se auto-denomina "centro" no Brasil, mas o conceito de centro não faz sentido em ciência política. A direita oportunista faz parte da direita simplesmente porque o Brasil é um país capitalista. Na verdade, um oportunista é, por definição, um político sem convicções ideológicas. Num país capitalista, mesmo que finja ou pretenda pertencer à esquerda, ele será em última análise uma pessoa de direita, pois fará todas as concessões possíveis e imagináveis para a classe dominante. Neste sentido, uma parte da autodenominada esquerda na América Latina é, de fato, de direita, na medida em que é oportunista.

As principais práticas dos oportunistas têm uma influência direta sobre a política econômica:

A direita ideológica também é fonte de política econômica irracional. São os monetaristas, que colocam a ordem acima da justiça social